

A Torre de Belém e a Fábrica do Gás Contra o gasómetro, marchar, marchar

A instalação da Fábrica do Gás junto à Torre de Belém teve, desde o início, uma forte contestação de vários quadrantes da sociedade portuguesa. Mas, apesar das vozes que se erguiam contra o atentado artístico e ambiental, continuou a perturbar a beleza de um mais emblemáticos monumentos de Lisboa ainda por muito tempo.

Em parte significativa das páginas que constituem *O Culto da Arte em Portugal*, Ramalho Ortigão enumerou vários atentados aos “monumentos artísticos da nação”, destacando o ataque da Fábrica de Gás – vulgo gasómetro – à Torre de S. Vicente de Belém: “Finalmente ao lado da Torre de Belem, o mais peregrino entre os mais bellos monumentos da nossa architectura, estabelece-se o gasómetro da companhia de iluminação a gaz. A esbelta silhueta rendilhada do mais suggestivo padrão da nossa gloria militar e maritima, já não emerge da areia loura do Restello, em deslumbradora apothese... [Agora] a Torre de Belem emparceira-se com a chaminé do mais vil e sordido barracão, a qual sacrilegamente a cuspinha e enodôa com salivadas de um fumo espesso, gordoroso e indelevel, como se a incomparavel joia d’esse marmore, que o sol portuguez carinhosamente sobredourara pelos afagos de tres seculos, houvesse sido tão subtilmente cinzelada pelos artistas manoelinos para escarrador de mariolas, por cima do qual todavia ainda algumas vezes, em dias de gala, se desfralda e tremula o pavilhão das quinas, mascarrado de

carvão como um chéché de entrudo”⁽¹⁾ (Figura 1).

O texto de Ramalho, estampado em 1896, dava corpo a um embate nascido uma década antes quando a C.M.L. permitiu que se erguesse bem junto da Torre de Belém a referida unidade industrial, combate que acompanharemos neste artigo só até finais de Oitocentos mas que, vergonhosamente, se prolongaria até meados do século XX. Na origem dessa construção esteve o Concurso para a Iluminação a Gaz da Cidade de Lisboa, publicitado em Abril de 1887, que implicou a construção de um vasto complexo fabril que *O Occidente* reproduziu num *dezenho do natural* por L. Freire. Essa imagem (Figura 2) mostra-nos uma vista geral do empreendimento em que ressalta, num primeiro plano sobre a esquerda, um avantajado gasómetro, os edifícios da sala de emissão e os depuradores; sobre a direita, num segundo plano, ao centro, os condensadores “Walker”, o edifício dos fornos, os *scrubbers* e uma chaminé fumegante e, em derreideiro plano, quase imperceptíveis, três

ameias, duas guaritas e um “pavilhão das quinas” tremulando. Era a Torre de Belém visível a partir da avenida da Índia... Antes de avançarmos lembremos que os alertas repetidos até finais do século XIX, por artistas, arqueólogos, jornalistas e viajantes estrangeiros contra o duplo atentado – artístico e ambiental – de que a Torre de Belém era vítima, foram quase sempre ignoradas pelos decisores políticos – locais e nacionais – e, mais gravemente, também por alguns agentes da causa patrimonial, como o Conselho dos Monumentos Nacionais, de que se disse mais tarde: “Que fizera, que fazia, que faria? Oh! Podiam percorrer-se todos os tempos do verbo fazer que o Conselho não se mexia”⁽²⁾.

(Figura 3) Cronologicamente, quanto sabemos, o primeiro “manifesto” contra a Fábrica de Gás foi o desenho “O Novo Gazometro”, de Rafael Bordalo Pinheiro, estampado nos *Pontos nos ii* em 1888 com a seguinte legenda: “Aspecto que a tôrre de Belem – um dos mais primorosos monumentos nacionaes – vae presentear aos estrangeiros que entram a barra. Um gazometro entre a

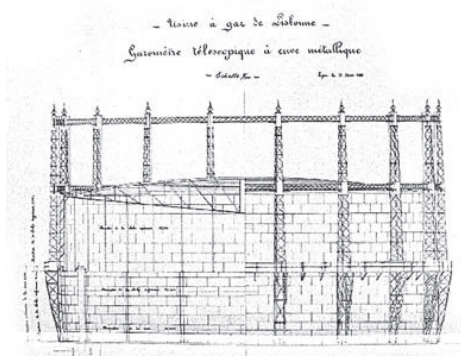


Figura 1. Gazomètre télescopique à cuve métallique, CML
- Arquivo Alto da Eira

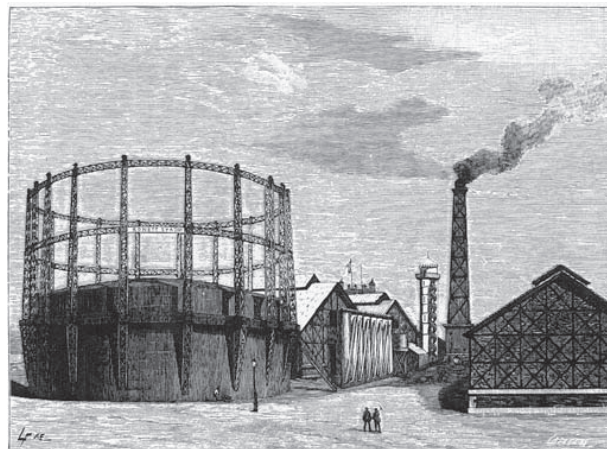


Figura 2. Occidente, 21 de Maio de 1889



Figura 3. Pontos nos ii, 16 de Novembro de 1888



Figura 4. O Antonio Maria, 28 de Agosto de 1891

torre de Belem e o convento dos Jeronymos, é, sobre um cumulo de boa administração camarária, um cumulo de bom gosto artistico”.

(Figura 4) Rafael Bordalo Pinheiro voltou ao ataque em Agosto de 1891, ora n’ *O Antonio Maria*, com um “Abaixo assignado” dirigido ao “sr. ministro da instrução publica e bellas artes” que rezava assim: “Os redactores, collaboradores, leitores e não leitores do Antonio Maria teem a honra de ponderar ao sr. ministro da instrução publica e bellas artes que, visto as companhias do gaz serem agora uma só e não necessitarem de tantos gazometros, seria decoroso para o paiz libertar a torre de Belem da vergonhosa visinhança com que a dotaram a estupidez e a ganancia dos srs. Argentarios”.

A liderar a imprensa quotidiana alfacinha esteve o *Diario Illustrado*. Em plenas obras de construção da fábrica publicou um primeiro artigo onde, a terminar, não deixou de referir que “a torre de Belem tão elegante e admirada dos estrangeiros que passam pelo nosso porto, perderia muito da sua beleza austera, confundindo-se no horizonte com as contiguas e fumarentas chaminés, que vistas do rio pareceriam, em algumas direcções, saídas da propria torre!”⁽³⁾ (Figura 5). No número de 29 de Dezembro de 1888, depois de questionar “Que lucra a cidade com este reviramento, com esta desordem, com esta destruição? Dizem que vae ter o que já tem: gaz”, o redactor enveredou por uma perspectiva patrimonial: “Deixemos, porém, outra vez

o dizemos, deixemos esta derrocada, que falla por si, e contra a qual é geral a indignação, vejamos a questão sob outro aspecto, que significa ou revela nem mais nem menos do que um attentado contra um monumento nacional”. Para o autor do texto “veiu a nova companhia do gaz, que não tem privilegios nem goza de favores, e edificou ao lado d’este monumento o seu gazometro. E foram os que a chamaram á vida quem lhes disse: o melhor local é ali.” O articulista, lembrando o coro de lamentações que grassava na capital, concluiu: “Infelizmente, porém, apesar d’esses protestos triumphara o vandalismo, porque a nova companhia, não deixando pedra sobre pedra, continuará a alastrar de ruinas as ruas da cidade, continuará a investir com os monumentos, até

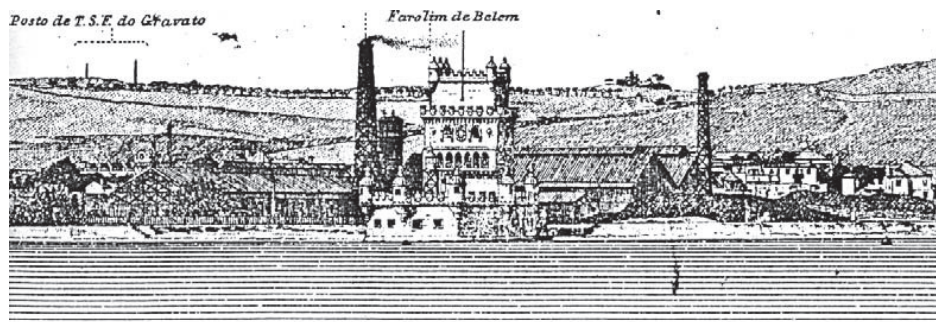


Figura 5. Plano hidrografico do Porto de Lisboa [...] 1930 a 1932 (col. particular)

que lhe dê na cabeça expropriálos também por sua utilidade, que é uma utilidade muito maior do que a maior que até agora se conhecia, a face de todos os principios e de todos os codigos, a utilidade publica”⁽⁴⁾. Posteriormente, o *Diário Ilustrado* para além de lembrar a ideia que vinha de 1840 de transformar a Torre de Belém em museu – a exemplo do que se fizera na Torre de Londres – relevou o direito (dos leitores) à indignação: “Se alguma vez correu ao brio nacional, ao gosto publico, e á missão dos governos o dever de se levantarem contra um attentado em que a historia, as tradições, a arte, tudo quanto possa haver de mais caro a um povo seja ao mesmo tempo affrontado e vilipendiado, é esta!”⁽⁵⁾.

Até ao fim de Oitocentos, outras vozes se levantaram na excomunhão do gasómetro: Ramalho, já citado, mas também o prolífero Sousa Viterbo escrevendo lapidarmente num editorial do *Diário de Notícias* em 1896: “Nos annaes do vandalismo artistico não conhecemos attentado que se lhe possa comparar”; e, mais à frente: “uma esperança nos resta, ainda que longinqua, e essa depositamo-la ardentemente nos progressos que estão fazendo os diversos systemas de illuminação, sobretudo a electricidade. Ceci tuera cela. Que a electricidade mate quanto antes o gaz, e que o gazometro, como inutil, como objecto duma archeologia repugnante, como um parasita detestavel, como um invejoso perverso, caia aos pedaços, cheio de ferrugem, cheio de lepra, carcomido, andrajoso, como tronco fulminado pelo raio de Deus!”⁽⁶⁾. Quatro

anos antes, já Júlio de Castilho, o mestre olisipógrafo, constatará: “O que se vê, quando se analizam quaiques obras em Lisboa, é o desprêso constante do belo [...] emplastrase com um cilindro colossal de ferro, chamado gasómetro, uma das maravilhas da architectura essencialmente portuguesa, a Tôrre de Belém”⁽⁷⁾. Também alguns parlamentares maçons, como Fernando Larcher, se manifestaram então: “Hoje, o gracioso fundo de airosas casinhas e verdejantes collinas, sobre as quaes recaía tão pittorescamente o brando perfil da historica fortaleza, foi substituido pela ironica perspectiva de um informe e abjecto gazometro; o lindo e doirado areal, que tão docemente esbatia as arestas vivas da cantaria esculpida, acha-se transformado n’um mixto informe e negra confusão de poeiras pretas, pardacentas cinzas, escuro alcatrão e sujo tijolo; finalmente, para cumulo da degaradação, a fina transparencia da atmospherá que envolvia e fazia realçar aquelle delicioso conjuncto, vê-se agora perpetuamente conspurcada por densa nuvem de gorduroso fumo. E, infelizmente, ainda não é tudo. Os espessos rolos de fumo saíndo ás golfadas pelas bôças das chaminés, alem de tismarem a delicada patina originada pelo tempo, exercem, combinados com os agentes atmosfericos, uma acção corrosiva sobre os materiaes de que é construida a malfadada torre; e não será, portanto, para admirar se dentro em breves annos, estiver completamente obliterado esse monumento, que representa

indubitavelmente, um dos melhores cantos da epopeia portugueza”⁽⁸⁾.

Para terminar, lembrem-se os testemunhos dos viajantes estrangeiros, como o de Madame Adam (Juliette Lamber), que não deixou de se referir à situação da Torre de Belém ao falar dos “espiritos do mal, torpemente invejosos e cheios de ciume, haviam se lentamente colligido contra a Torre da Belleza. Negros, vomitando fumo de envolta com a sua baba pestillente, espalharam na pura atmospherá da terra, uma densa chuva que feria como dardos agudissimos os finos arabesco, empastando-os e abastardando-os, e afeitando assim a torre”⁽⁹⁾.

Notas:

- 1 – Ramalho Ortigão, *O Culto da Arte em Portugal*, Lisboa, Antonio Maria Pereira, 1896, pp. 84-85.
- 2 – Manuel Monteiro, *Dejeza d’um Castello Medieval. Depoimento d’um Combatente*, 1906, p. 443.
- 3 – *Diário Ilustrado*, 14 de Junho de 1888, p.2.
- 4 – *Idem*, 29 de Dezembro de 1888.
- 5 – *Idem*, 1 de Janeiro de 1889.
- 6 – *Diário de Notícias*, 17 de Setembro de 1896, p. 1.
- 7 – Júlio de Castilho, *A Ribeira de Lisboa*, vol. V, Lisboa, CML, 1944, p. 171 [1ª ed. 1892].
- 8 – Sessão de 27 de Janeiro de 1897, in *Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, pp. 82-83.
- 9 – Publicado no jornal *O Seculo*, republicado no Boletim da RAACAP, 3ª série, tomo VIII, nº 12, Anno 1900, pp. 183-184.

PAULO OLIVEIRA RAMOS,
Professor Auxiliar da Universidade Aberta